

Trabalho e Resistências dos Pescadores Profissionais de Guaíra PR: A Atuação da Itaipu Frente a Diminuição da Pesca (1970 – 2011)

Cátia Franciele Sanfelice De Paula

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo discutir algumas mudanças, vividas por pescadores, provocadas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu e do canal de navegação no Rio Paraná durante a construção da Ponte Ayrton Senna no município de Guaíra/PR. Os impactos de tais construções sobre a fauna aquática daquele lugar influenciaram fortemente a rotina do trabalho dos pescadores. Estes tiveram que se adaptar a uma realidade caracterizada, principalmente, pelo desaparecimento de certas espécies de peixes, pela redefinição das práticas de pesca e pelo controle estatal dos espaços destinados à pesca. Tais obras foram responsáveis diretas pela diminuição, mortandade e contaminação de várias espécies de peixes. Uma dimensão importante destas mudanças vividas pelos pescadores está relacionada ao desenvolvimento, por parte destes, de outras ocupações econômicas além da pescaria, como por exemplo, apicultores e serventes de pedreiro. Pressionados especialmente pela rarefação e destruição da fauna aquática de Guaíra, muitos pescadores tem abandonado a pesca ou assumido, paralelamente, outras atividades de ganho. Além disso, por intervenção da própria Itaipu, existe a possibilidade de que esses pescadores convertam-se em criadores de peixes. Desde 2003 com o intuito de “preservar” a pesca extrativista bem como aumentar a produção do pescado, a Itaipu vem desenvolvendo um projeto denominado “Mais Peixes em Nossas Águas”. Aliado a esses fatores tal projeto ainda prevê o aumento da renda aos pescadores que não conseguem sobreviver apenas com a pesca extrativista. No entanto esse projeto elaborado pela Itaipu encontra resistências por parte dos trabalhadores, dentre elas ao fato de que obrigatoriamente estenderiam sua jornada de trabalho e, que diferentemente que a pesca extrativista, a criação de peixes lhes gerariam custos. Neste contexto, tento discutir como estes pescadores têm percebido e encarado esta realidade e quais as iniciativas individuais e coletivas construídas por eles para enfrentá-la à medida que estão se redefinindo como sujeitos no mundo dos trabalhadores. A análise histórica deste problema toma como fontes jornais locais, dados produzidos pelo IBGE e IPARDES, e entrevistas realizadas com pescadores. O intuito é compreender através dessa análise, a sociedade como um espaço social de disputas em que pessoas comuns também produzem opiniões na sociedade em que vivem. Nesta direção nos orienta as considerações teóricas de Thompson e Hobsbawn no sentido de compreender como os trabalhadores pautam suas relações com o trabalho e, quais suas percepções frente aos processos históricos que vivenciam

Palavras Chave: Pescadores; Lutas; Trabalho; Guaíra; Itaipu.

Este artigo busca discutir as relações de pescadores de Guaíra com a construção da Hidrelétrica de Itaipu e da Ponte Ayrton Senna no que diz respeito às alterações da pescaria artesanal localizada na colônia Z13 no município de Guaíra/PR¹. Devido aos prejuízos sofridos pela atividade pesqueira em decorrência da formação do lago em 1982 e dos problemas ambientais causados pelas explosões efetuadas com a abertura de um canal de navegação no rio Paraná em 1996, durante a construção da ponte Ayrton Senna, os pescadores profissionais tem vivido significativas mudanças nos seus modos de viver e trabalhar.

Inicialmente, cabe destacar que, por mais que esses pescadores tenham se apropriado de outras atividades a fim de garantir sua sobrevivência, muitos deles não abandonam completamente a profissão de pescador. Uma das hipóteses consideradas sobre isto, reside no fato de que eles recebem alguns benefícios relacionados à pesca tais como, por exemplo, o seguro desemprego em época de piracema e a aposentadoria assegurada mediante a manutenção da carteira de pescador.

Nesse sentido, defini o recorte da pesquisa a partir de 1970, período anterior ao término das Sete Quedas e a formação do lago, o qual possibilita a problematização das experiências dos trabalhadores desse período discutindo quais as mudanças vividas por esses trabalhadores no trabalho de pesca até os dias atuais. Na elaboração da pesquisa recorri a entrevistas com os pescadores, tentei problematizar alguns discursos oficiais presentes nos jornais locais da cidade que buscavam legitimar o lago criado por Itaipu e a Ponte Ayrton Senna construída pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. Fundamentalmente, tais jornais afirmavam que estas obras não causaram prejuízos a categoria profissional dos pescadores. Também utilizei informações produzidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) visando identificar como a atividade pesqueira é vista oficialmente no município de Guaíra.

O que constatamos no caso da Itaipu é que, apesar de negar os problemas causados aos pescadores, sua principal intervenção acontece por meio de projetos associados à prefeitura da cidade e às universidades do Estado, propondo melhorar a vida dos pescadores que não conseguem sobreviver através da pesca artesanal. Esta contradição é uma das questões que tem merecido nosso esforço de reflexão.

É conveniente salientar nesse caso o papel que Itaipu desempenha diante o problema da escassez do pescado. Em nenhum momento ela se apresenta na sociedade como entidade autônoma. Ao contrário, a série de projetos elaborados pela Itaipu que tentam demonstrar uma preocupação com a sociedade em geral como, por exemplo, o projeto “Mais peixes em nossas águas”, “Cultivando água boa”, “Proteção da fauna e flora”, “Educação ambiental”, são projetos a partir dos quais a Itaipu estabelece relações com prefeituras, Universidades e outras instituições a fim de possibilitar o seu sustento na sociedade.

Devemos considerar que a implantação da Itaipu esteve diretamente ligada a política de industrialização e desenvolvimento do país, coordenada pelos militares, numa situação em que o Estado patrocinava gigantescos projetos tidos como “faraônicos”, dentre eles a construção da Hidrelétrica. Sob tais determinações, a formação do lago de Itaipu provocou transformações drásticas no cotidiano das pessoas a partir da inundação sobre áreas urbanas e rurais, juntamente com a desapropriação de terras e estabelecimentos. Para os pescadores profissionais a formação do lago foi responsável por uma grande perda econômica que só aumentou ao longo dos anos.

Com a formação do lago várias espécies nobres de peixes como o pintado, dourado, já desapareceram devido ao fato de serem espécies que necessitam de água corrente para procriarem, não se adaptando ao lago. Outro problema verificado após a formação do lago está no fato das mudanças sofridas pelos pescadores em sua relação com o rio, já que o

conhecimento e os costumes que tinham em relação a ele perderam sua utilidade diante da nova realidade. Além desses fatores o problema maior apontado pelos pescadores é o fato de a Itaipu, todos os anos na época da desova (a chamada piracema), rebaixar o nível do lago. Isso faz com que haja uma queda no estoque pesqueiro, uma vez que o nível baixo do lago dificulta a desova dos peixes e compromete a sua produção futura. Em decorrência disso, forma-se muitas lagoas que acabam secando e matando matrizes, sem considerar a perda de grande quantidade de moluscos que servem de alimentos para várias espécies de peixes.

Além dos prejuízos causados a atividade pesqueira devido a construção da Hidrelétrica de Itaipu, outro problema se relaciona às explosões efetuadas durante a abertura do canal de navegação, responsáveis diretos pela contaminação e mortalidade de 80%² dos peixes através de substâncias químicas presentes nas dinamites utilizadas para as explosões no lago.

Essas explosões foram efetuadas pelo DER para que fosse possível o derrocamento subaquático no leito do Rio Paraná, uma espécie de vala aberta no Rio tendo como objetivo a abertura ao transporte fluvial ligando as regiões Sul e Sudeste de modo a interligar outras regiões, fazendo com que se justificasse qualquer espécie de obra no Rio Paraná objetivando a constituição de uma rede que integrasse o transporte ferroviário (Ferroeste) e o transporte viário (com a conclusão da Ponte Ayrton Senna). Assim, constituiu-se uma ampla rede de ligação na região do município de Guairá.

A obra de derrocamento consistiu na quebra de pedras situadas no fundo do rio, a fim de aumentar a capacidade de transporte na hidrovia. O objetivo do derrocamento foi tornar o Rio Paraná navegável para a implantação de um porto intermodal de cargas que consiste na utilização de dois ou mais meios de transportes de carga. Contudo, a extensão da Ferroeste ainda não saiu do papel, e a hidrovia Paraná – Tietê, por mais que tenha sido aposta do município em alavancar o desenvolvimento econômico da cidade, não vem permitindo a concretização do objetivo pelo qual foi construída que é a navegação de grandes embarcações.

Além desse fato o canal de navegação também foi construído para permitir a conclusão da ponte e a navegação abaixo dela. As explosões de rochas com dinamites visando aumentar a profundidade do rio aconteceram durante três meses, incluindo a época da piracema, o que prejudicou em muito a atividade pesqueira. O DER, por sua vez, amparado por licença ambiental, mesmo reconhecendo os danos causados por tais ações, se nega a pagar as indenizações aos pescadores.

Enquanto isso, no discurso oficial presente no site da cidade, o canal de navegação é visto como uma importante contribuição para o desenvolvimento da economia local, uma vez que o mesmo tinha como expectativa garantir o transporte de pelo menos 90%³ da produção do município para o mercado paulista. De acordo com os peritos o canal não possibilita a navegação de grandes embarcações. Por esse motivo, as autoridades locais desconsideraram os equívocos presentes na construção do canal e seus efeitos devastadores sobre a atividade da pesca local, e seguem interessados no cumprimento da promessa de progresso, estimulando e consentindo ainda a ampliação do canal de navegação com o intuito de proporcionar a navegação, o que acarretou em mais explosões no rio Paraná e, conseqüentemente, maiores danos sobre a atividade pesqueira.

O derrocamento nesse sentido causou e ainda vem causando grandes prejuízos, principalmente, para uma categoria de pescadores que viviam da pesca quase que exclusiva do cascudo (uma espécie de peixe que se reproduz em águas correntes e de fundo pedregoso), afetando drasticamente a vida desses pescadores e seus familiares. Segundo o juiz de Direito da comarca de Guairá, Christian Leandro,⁴ o derrocamento retirou as áreas propícias à reprodução da espécie. Embora as “famílias de cascudeiros” como são chamadas tenham também como meio de sobrevivência outras espécies existentes no lago, porém escassas, era do cascudo (40 quilos por dia em média) que retirava sua maior fonte de renda responsável.

O derrocamento alterou o fundo do Rio Paraná e impossibilitou a reprodução de cascudos naquela região devido à modificação do habitat natural da espécie. Além disso, os poucos peixes restantes desta espécie foram contaminados por substâncias químicas, tornando impróprio seu consumo e, com isso, sua comercialização. Segundo a Universidade Estadual de Maringá⁵ que mantém um grupo de pesquisa em Guaíra desde 1987, foi constatado em seus estudos que os poucos cascudos existentes estão contaminados por substâncias químicas e apresentam uma carne gelatinosa, diferente da qualidade de outrora.

Além do cascudo, outras espécies nobres de peixes como o pintado, a piapara, o pacu, dourado, Jaú, que eram comuns na região, também desapareceram pelo fato de essas espécies precisarem de água corrente para procriar não de adaptando dessa forma ao lago.

Quanto a esse fato o discurso oficial do DER não nega e nem esconde os danos que o derrocamento causou e que ainda pode vir causar, como podemos observar na seguinte reportagem:

“estão sendo realizados, sob responsabilidade da UFPR, os estudos ambientais para a obtenção da Licença de Instalação, a ser emitida pelo Ibama. Na reunião desta semana, representantes do órgão ambiental e da UFPR destacaram que a maior preocupação é com a preservação da ictiofauna, especificamente do *habitat* do peixe cascudo, existente na área dos pedrais⁶”.

A pesca profissional nesse sentido continua enfrentando graves prejuízos pelas alterações ambientais causadas tanto pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, quanto pelas explosões para a abertura do canal de navegação. Por sua vez, esses processos de “modernização”, além de danos ambientais, causaram mudanças significativas na vida dos pescadores profissionais, bem como na sua forma de trabalho. Primeiramente, com a construção da Hidrelétrica esses trabalhadores além da perda de tudo aquilo que a eles estava ligado, suas casas, plantações, ate mesmo a própria natureza, hoje presenciam a falta de possibilidade de garantir até mesmo sua sobrevivência.

Os danos ambientais ocorridos destruíram não apenas a natureza e o meio de sobrevivência dos pescadores profissionais, mas também o modo pelo qual esses pescadores viviam, de forma que não havia a preocupação se iriam ou não conseguir seu sustento pela certeza que tinham de encontrar no rio a produção necessária para sua sobrevivência. Hoje, além de não terem o suficiente para sobreviver, não é mais possível que utilizem o conhecimento que havia antes da formação do lago e das explosões devido as modificações sofridas pelo lago como, por exemplo, onde encontrar a espécie de peixe que eram acostumados a pescarem.

Diante de tais modificações os pescadores precisaram se adaptar para continuar exercendo o ofício sem, no entanto, poder elaborar novos costumes pelo fato de o rio estar em constantes mudanças. Nas palavras do pescador José Cardoso: “...um dia o rio cresce, no outro dia o rio abaxa, no dia que ta abaxando, torna, torna enche i, i desregula o pexe, desregula o rio todo...”⁷. Juntamente com as mudanças em seu modo de trabalho, os pescadores também vivem mudanças significativas em seu modo de viver. Pelo fato de a produção de peixes ter diminuído consideravelmente os pescadores precisam hoje trabalhar bem mais que em tempos anteriores. Além disso, necessitam se deslocar para diversos lugares a uma distância bem maior do que estavam acostumados a percorrer em busca do pescado. Isso faz com que fiquem bem menos tempo com suas famílias, já que ocupam mais tempo com o trabalho.

Por causa dos danos ambientais e da conseqüente redução na atividade pesqueira os pescadores artesanais de Guaíra vêm realizando diversas reivindicações e manifestações a fim de que sejam indenizados. Considerando os dados contidos nos jornais locais verifica-se que as manifestações dos pescadores, bem como as matérias veiculadas sobre a diminuição dos peixes, tiveram maior frequência a partir de 1997, após as explosões com o derrocamento. As manifestações realizadas a partir desse período vêm ocorrendo pelo fato de os pescadores não

serem atendidos em seus pedidos de indenização tanto em relação a Itaipu quanto em relação ao DER.

Os pescadores reivindicam acima de tudo as indenizações, mas além delas manifestam por melhorias para a categoria. De maneira geral os pescadores organizam seu trabalho a partir de pontos de pesca localizados na beira do lago. Assim, parte importante das reivindicações compreende a criação de uma melhor estrutura destes pontos de pesca: fornecimento de energia elétrica, construção de casas nos pontos de pesca e cascalhamento nas estradas de acesso à beira do lago.

Na imagem oficial da cidade, nos jornais e revistas locais, as construções da Hidrelétrica e da ponte Ayrton Senna são apresentadas por um discurso desenvolvimentista como dois processos “modernizadores” de Guaíra. Porém, esses processos não mostram o outro lado dos fatos. Toda a exaltação que possui a Hidrelétrica de Itaipu como a maior fonte geradora de energia ou a ponte Ayrton Senna como um marco integrador de desenvolvimento nega problemas, dentre eles, os que passam os pescadores profissionais.

Muitos desses pescadores, por não conseguirem sobreviver somente com a pesca, buscam em outras atividades uma forma de complementar suas rendas. Dentre essas atividades destacam-se o trabalho com apicultura, como servente de pedreiro, e como agricultor. A opção por essas atividades se deve, principalmente, a falta de estudos e de uma outra profissão. O desenvolvimento dessas atividades, por sua vez, precisa ser conciliada com a prática da pesca a fim de que se garanta a sobrevivência. No entanto, por mais que a maioria dos pescadores concilie outras atividades de trabalho com a pesca, esta situação não é facilmente admitida pelos pescadores, pois reconhecer que exercem outras atividades pode ser entendido como uma descaracterização da sua condição profissional de pescador. Nota-se isso quando os pescadores reconhecem a necessidade que possuem de recorrerem a outras atividades, mas ao mesmo tempo atribuem a maior parte de suas rendas, em média 80% a pesca.

O fato de estes pescadores apresentarem falas contraditórias pode ser explicado como sendo uma defesa utilizada por eles diante da sociedade. Por medo de perderem seus benefícios esses pescadores precisam convencer que sobrevivem da pesca, mas primeiramente precisam eles próprios estarem convencidos. É justamente nesse momento que surgem as contradições presentes em suas falas, porque eles próprios vivenciam essa contradição e lidam de forma contraditória com o fato de serem pescadores. Ou seja, quando questionados sobre outras possíveis atividades esses pescadores atribuem à pesca sua sobrevivência, mas a partir do momento em que descrevem o cotidiano do trabalho realizado revelam a constante necessidade de recorrer a outras atividades além da pesca para sobreviver.

Além de assumirem outras atividades muitos pescadores vêm, nos últimos tempos, sendo atraídos pelo contrabando existente na fronteira com o Paraguai o que, de modo geral, tem contribuído para uma mudança no perfil característico da profissão de pescador. Nesse sentido, a pesca não vem sofrendo apenas com a queda em sua produção decorrente dos danos ambientais, mas é afetada também por uma forte interferência das atividades de contrabando desenvolvidas no lago. Portanto, juntamente com o problema da diminuição dos peixes está o fato de que o rio não oferece mais segurança para que os pescadores trabalhem a noite como eram acostumados. De forma cada vez mais generalizada, os pescadores entrevistados têm apontado que o tráfico tem afetado a pesca à medida que esses pescadores, não raras vezes, acabam sofrendo maus tratos praticados pelas autoridades locais que vão em busca de acerto com os contrabandistas.

Diante das dificuldades e das mudanças vividas pelos pescadores artesanais de Guaíra, quando analisamos as percepções que esses possuem sobre sua profissão fica claro que embora para alguns a pesca tenha deixado de ser importante como meio de sobrevivência, para outros está presente invariavelmente o gosto pelo estilo de vida atrelado a liberdade e de

contato com a natureza. Está presente, segundo os pescadores, uma dimensão de trabalho em que eles se mantêm presos aos costumes ditados pelas leituras do tempo e da natureza, ou seja, um trabalho no qual eles possuem maior autonomia e liberdade.

Segundo o pescador José é ele quem determina como, quando e onde trabalhar, como ele diz: “é uma coisa que você vai hora que você quiser, ninguém te manda você é patrão de si mesmo”. Porém, não está presente na concepção do pescador até que ponto vai essa autonomia. Dialogando com Edward Thompson, em seu “Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial” (THOMPSON, E. P. 1998, p. 267-304), é possível perceber como a relação do trabalhador com seu trabalho é determinada por condições históricas que precisam ser identificadas e discutidas. No caso do capitalismo, embora fique claro que a autonomia do trabalhador em relação ao seu trabalho é forçada a desaparecer em função dos interesses e da lógica do capital, a relação desses pescadores com a natureza são uma importante referência quando tais trabalhadores interpretam sua realidade.

Isso permite ao historiador nesse sentido analisar as opiniões que pessoas comuns possuem sobre os processos históricos que vivenciam. Como denomina Hobsbawm:

(...) E tal como no passado uma de nossas tarefas é descobrir as vidas e pensamentos das pessoas comuns e resgatá-las daquilo que Edward Thompson chama de ‘enorme condescendência da posteridade’, assim, no presente, nosso problema é também o de desnudar as suposições igualmente presunçosas daqueles que pensam saber o que são os fatos e as soluções, e que procuram impô-las às pessoas. Devemos descobrir o que as pessoas realmente desejam de uma sociedade boa ou mesmo de uma sociedade tolerável e, o que não é absolutamente a mesma coisa – porque realmente podem não saber -, o que *precisam* de tal sociedade (HOBBSAWM, 1998, p. 230-231).

O autor acima discute a necessidade de se analisar as opiniões que pessoas comuns possuem sobre os processos históricos que vivenciam. Não se trata, nesse sentido, de compreender a sociedade apenas como fruto das opiniões e decisões da classe dominante, mas entendê-la como um espaço social de disputas em que pessoas comuns também produzem opiniões na sociedade em que vivem. As memórias dos trabalhadores precisam ser entendidas como uma construção social dos homens, mas articulada ao meio social do qual cada sujeito faz parte, e que requer problematização. Nesse sentido, é necessário desnaturalizar e historicizar as falas dos trabalhadores tentando compreender a maneira pela qual esses trabalhadores interpretam e atribuem sentido a realidade. Como discute Hobsbawm em seu texto “O Fazer-se da Classe”, a classe trabalhadora está em constante movimento sendo necessário uma discussão acerca da experiência vivida para compreendermos de que forma os sujeitos sociais agem entre si em busca de melhores condições de existência (HOBBSAWM, 1987)

Em relação à pesca é importante ressaltar que, embora ela tenha um papel importante na vida e na sobrevivência dos pescadores, para a cidade, apesar dela se apresentar como uma importante atividade econômica desenvolvida em Guaíra pelo fato de atrair trabalhadores locais e de outras regiões desde 1950, ela nem sequer aparece nos dados do perfil sócio econômico apresentado pelo IPARDES como sendo uma das atividades econômicas desenvolvidas na cidade.

Numa cidade onde as preocupações do poder municipal se voltam para a tentativa de resgatar as atrações turísticas da época das Sete Quedas através de programas desenvolvidos juntamente com outros municípios limítrofes com o objetivo de explorar o potencial turístico no Rio Paraná, fica evidente a importância da pesca amadora em detrimento da pesca profissional. Mesmo assim é relevante o fato de a pesca artesanal não contar nos registros oficiais sobre o perfil do município. Apesar deste silêncio, os pescadores existem e para muitos deles a pesca significava o principal meio de sobrevivência para suas famílias (e muitos dependem unicamente desta atividade).

No entanto, devido as mudanças ambientais ocorridas, as condições para a continuação da profissão de pescador sofreram e ainda vêm sofrendo várias ameaças devido as alterações ambientais e, por último, com a falta de segurança. De uma forma geral, podemos avaliar a situação da pesca atual a partir do estudo do artigo de Lucy Mara Paiola e Eduardo Augusto Tomanik, que examinaram a continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná e discutiram as representações sociais feitas pelos filhos de pescadores em relação à pesca artesanal no rio Paraná e às perspectivas de continuidade da atividade como profissão⁸. Nessa pesquisa, os pescadores demonstram um sentimento de impotência para reagir e reverter o quadro em que se encontram. Da mesma forma isso pode ser verificado na avaliação dos pescadores em Guairá, onde a pesca futura se apresenta como incerta. Além dos problemas acima mencionados que envolvem a situação em que se encontra a pesca artesanal e os pescadores de Guairá é preciso ainda situar a intervenção que a própria Itaipu vem tendo nesse processo.

Objetivamente, frente à decadência da pesca profissional, a Itaipu tenta desenvolver um sistema destinado à criação de peixes, chamado “Tanque rede”, cujo objetivo é proporcionar uma fonte de renda aos pescadores que não conseguem mais tirar o sustento de sua família da pesca⁹. Na divulgação deste projeto, Itaipu procura demonstrar que tem uma preocupação com a situação dos pescadores. A pesca profissional, através desse sistema desenvolvido pela Itaipu junto ao poder municipal, corre o risco de desaparecer, e com ela a profissão de pescador, pois a intenção é torná-los pescadores-aquicultores. Esse sistema tanque rede está inserido num projeto criado pela Itaipu denominado “Mais peixes em nossas águas” que, por sua vez, faz parte do programa criado pela Itaipu, o “Cultivando Água Boa”.

De acordo com as informações presentes no site da Itaipu esse programa foi desenvolvido e incorporado às políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro no contexto de criação, pelo governo Lula da Silva, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP), logo no início do seu primeiro mandato. Em agosto de 2008, esta secretaria foi reforçada com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura. O argumento presente no site da Itaipu que legitima a atuação do governo e a importância que é dada por ele ao segmento é a seguinte¹⁰:

O Brasil tem potencial pesqueiro como poucos países do mundo, pela quantidade de águas marítimas e continentais, entre elas os reservatórios de hidrelétricas, como o da Itaipu. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) reconhece esse potencial, sustentando que o Brasil tem condições de, em poucas décadas, estar entre os maiores produtores de pescado do mundo. (...) E a Itaipu, a partir da inovação na sua missão institucional, incorporou no Cultivando Água Boa as políticas públicas voltadas ao setor, tornando-se inclusive referência nacional na sua implantação. (...) Assim, os que dependem do reservatório para obter o sustento familiar vêm sendo gradativamente penalizados com a redução do volume pescado e conseqüente redução na renda.

Analisando a citação acima percebemos como a Itaipu procura demonstrar e salientar uma preocupação com aqueles que dependem do reservatório para sobreviver. Ao mesmo tempo, é explicitado que essas políticas públicas proporcionariam melhorias ao setor pesqueiro. Ainda na mesma matéria presente no site, a Itaipu aponta, como alternativa aos pescadores que não conseguem sobreviver com a pesca natural, o desenvolvimento da aquicultura através do sistema tanque rede¹¹:

É a partir desse contexto que a Itaipu entendeu a necessidade da criação do projeto Mais peixes em Nossas Águas, que, além de fortalecer a atividade da pesca, fomenta a aquicultura por meio do cultivo sustentável pelo sistema de tanque-rede. A iniciativa também objetiva aumentar o consumo. Apesar do grande potencial do Brasil no setor, o país é importador de pescado e, mesmo assim, o brasileiro come pouco peixe: 7Kg/ano, bem abaixo da média mundial, que é de 16Kg/ano. Por isso, a política pesqueira do Governo Lula e da Itaipu preconiza não apenas “mais peixes em nossas águas”, mas também “mais peixes na mesa dos brasileiros”.

A Itaipu incorpora em seu discurso uma preocupação nacional em relação ao consumo de peixes, ou ainda de que o país precisa produzir peixes em maior quantidade. Dessa forma, assume como sua a política pesqueira que vem sendo desenvolvida pelo governo na tentativa de demonstrar a sua importância na sociedade e qual a participação que vem tendo nesse processo. Fora a atuação da Itaipu, a própria política pesqueira que vem sendo desenvolvida precisa ser problematizada. O governo, ao utilizar-se do discurso de “gerar mais renda para os pescadores e aquicultores e produzir um alimento saudável para a população”¹², tenta camuflar os interesses que estão por trás desse plano, o de proporcionar um negócio altamente lucrativo a partir de que ele¹³:

(...) representa uma resposta à crescente demanda mundial por alimentos. (...) O plano contém ações para fomentar a produção de pescado e metas para serem cumpridas até 2011. (...) De acordo com as metas estabelecidas no plano, a produção de pescado deverá ter um aumento em torno de 40%, devendo passar de um milhão de toneladas para 1,4 milhão por ano.

Para conseguir expandir a produção pesqueira em todo o Brasil tem-se como objetivo sistemas como o tanque rede. De acordo com o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, o Paraná foi o primeiro Estado brasileiro a entregar o licenciamento ambiental para produção de peixes em tanque rede no Brasil. Nesse sentido, observamos que, juntamente com a política de incentivo por parte do governo Federal, a Itaipu vem buscando demonstrar preocupações com setor pesqueiro. No entanto, ao utilizar-se de objetivos que visam promover melhorias nas condições de vida de trabalhadores, escondem o jogo de interesses presente nessa proposta, os quais supomos existir, pois tendo em vista os altos valores gastos por parte da Itaipu em relação a convênios com instituições de ensino no sentido de obter assistência técnica para a implantação do sistema tanque rede, fica evidente que o setor pesqueiro proporciona algum retorno econômico a tais investimentos. Perguntamos então: Quais interesses seriam esses? De que forma a Itaipu se favorece com esse projeto? Seus interesses obviamente não são apenas os presentes no site¹⁴:

Assim, surgiu o projeto que busca promover a inclusão social, o resgate e a valorização da categoria dos pescadores. Busca também proporcionar melhor qualidade de vida aos pescadores, assentados, pequenos produtores e comunidades indígenas, diminuir o esforço de pesca no reservatório, aumentar a produção pesqueira, promover o desenvolvimento sustentável da aquíicultura e piscicultura BP3, produzir alimento com alto valor nutritivo, monitorar e conservar a biodiversidade.

Nesse contexto em que se encontra a pesca profissional o fato é que não há um consenso por parte dos pescadores em relação ao projeto desenvolvido pela Itaipu. Há de se considerar que foi um projeto imposto aos trabalhadores sem consultá-los para saber se tal projeto realmente funcionaria na realidade. Face às críticas que se faz ao projeto está justamente o fato de que o peixe não adquire o tamanho ideal para a comercialização, além do alto custo para manter os criadouros.

Contudo, a inexistência de consenso por parte dos pescadores nos permite investigar como tais sujeitos têm percebido e encarado a realidade em que vivem. As percepções que possuem surgem em suas memórias relacionadas ao papel que a Itaipu desenvolve na sociedade. Essas percepções, por sua vez, surgem de forma ambivalente, ora atribuindo à Itaipu a responsabilidade por desenvolver projetos que podem vir a ajudá-los, ora esta surge como responsável pela situação vivida por eles.

Faz-se necessário nesse sentido mapear o desenvolvimento do projeto da Itaipu entre os pescadores para saber em que medida eles estão vivendo esse processo e se redefinindo como sujeitos no mundo dos trabalhadores.

Referências

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 230- 31.

HOBBSAWM, Eric J. *“O fazer-se da classe operária”*. In *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*/ Eric J. Hobsbawm: tradução d Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

MORAES, Sérgio Cardoso de. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. Doutor em Educação/UFRN–Professor da Universidade Federal do Pará. URL: <http://coloniadepescadores.blogspot.com/2009/02/colonia-de-pescadores-e-luta-por.html>.

PAIOLA, L.M. e TOMANIK, E.A. *Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná*. Programa de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR.

THOMPSON, E.P. “Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.267-304.

¹ A Colônia Z13 foi criada em 1964 e, segundo o atual presidente da colônia José Cirineu, sua criação se deve a um grupo de pescadores que objetivando organizar os pescadores enquanto classe e na busca de seus direitos fundaram a associação, tendo como finalidade representar e defender os direitos e interesses dos associados. Porém, embora a colônia tenha sido criada por iniciativa dos pescadores, já existia uma legislação que orientava a fundação de colônias sob a tutela do Estado. Segundo Moraes “Desde a fundação das colônias de pescadores, sob a tutela do Estado, no início do século XX, os pescadores artesanais estiveram sob o controle e dominação política de órgãos governamentais. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical. MORAES, Sérgio Cardoso de. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. Doutor em Educação/UFRN – Professor da Universidade Federal do Pará. URL: <http://coloniadepescadores.blogspot.com/2009/02/colonia-de-pescadores-e-luta-por.html>.

² Jornal Ilha Grande, 19/07/1998, p. 1

³ Disponível em <www.guaira.pr.gov.br>. Acesso em 29 Ago. 2006.

⁴ Disponível em <<http://noticias.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em 18 Out. 2009.

⁵ Disponível em <www.rioparanazão.com.br>. Acesso em 18 Out. 2009.

⁶ Disponível em <www.rioparanazão.com.br>. Acesso em 18 Out. 2009.

⁷ Depoimento de José Gonçalves dos Santos, concedido em 04/04/2009.

⁸ PAIOLA, L.M. e TOMANIK, E.A. **Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná**. Programa de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR.

⁹ Jornal Ilha Grande, 09/01/2004, p.1.

¹⁰ Disponível em <www.itaipu.gov.br>. Acesso em 10 de jun. 2010

¹¹ Disponível em <www.itaipu.gov.br>. Acesso em 10 de jun. 2010.

¹² Disponível em: <www.mpa.gov.br>. Acesso em 10 de Jun. 2010.

¹³ Disponível em: <www.mpa.gov.br>. Acesso em 10 de Jun. 2010.

¹⁴ Disponível em <www.itaipu.gov.br>. Acesso em 10 de jun. 2010.